

Sumário

Número de notícias: 15 | Número de veículos: 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

FMI: emergentes estão resilientes 3

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Taxa das blusinhas": mais empregos no país e nos Correios - VISÃO DO DIREITO 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Avança PL que dobra imposto sobre bets 5

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Estudo aponta que até 25% no País aceitam consumir produtos ilegais 6

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

"Exceções foram o custo da aprovação da reforma" 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Será preciso restringir gasto com pessoal e renúncia fiscal? 10

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Novos modelos de concessão aumentam segurança jurídica 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

ESTRATÉGIA DE AÇÃO - Governo tenta driblar impasse para fechar contas, mas Congresso
vê falhas na articulação 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Afrouxamento monetário pode tardar, diz Ibre 16

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Com IOF, fundos de previdência já estão no vermelho em R\$ 32 bi 18

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

STF valida Difal do ICMS a partir de 2022 e nega cobrança retroativa 20

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo tenta obter receitas negadas pelo Congresso (Editorial) 22

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
SEGURIDADE SOCIAL

Previc propõe limite de desconto 24

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil reduz subsídios fósseis em 42% e avança na transição energética 25



Quinta-Feira, 23 de Outubro de 2025

O LIBERAL - BELÉM - PA - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS suspende 13 instituições financeiras..... 27

FMI: emergentes estão resilientes

» ROSANA HESSEL

Nos últimos anos, há uma resiliência maior nos países emergentes às crises globais, de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

"Historicamente, os países emergentes eram mais vulneráveis aos eventos de riscos globais, mas há uma surpresa recente na resiliência desses mercados", disse Zhao Zhang, economista do FMI, que apresentou, ontem, em Brasília, um recorte do relatório Panorama Econômico Global (WEO, na sigla em inglês), divulgado na semana passada no encontro anual de outono (no Hemisfério Norte) do FMI, em um seminário na sede do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

De acordo com analistas do Fundo, desde a crise financeira global de 2009, as condições externas melhoraram para os mercados emergentes, mas não foi devido à "boa sorte", mas ao aumento no número de mercados emergentes com metas de inflação e regras fiscais, juntamente com uma regulamentação macroprudencial cada vez mais rigorosa, ou seja, "boas políticas econômicas".

"Os mercados emergentes reduziram a sensibilidade aos choques externos e, entre os países em desenvolvimento, o Brasil tem apresentado uma das melhores resiliências", destacou o economista

André Roncaglia, diretor-executivo de Brasil do FMI, em entrevista ao Correio ao comentar o relatório.

O diretor do Fundo também participou do evento do Ipea, ontem, e destacou que os dados levantados pelo FMI mostram que, entre os emergentes, o Brasil vem apresentando bons resultados macroeconômicos e o quadro fiscal não é tão alarmante como o mercado financeiro tem desenhado. Na avaliação dele, há uma sinalização da equipe econômica liderada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de que o governo pretende cumprir as metas do arcabouço fiscal, apesar das dificuldades atuais.

Keiti Gomes, diretora de Estudos Internacionais do Ipea, uma das organizadoras do evento - que trouxe, pela primeira vez ao país, economistas do FMI para comentarem os dados do principal relatório da instituição -, ressaltou que, apesar de o Brasil ter apresentado indicadores recentes melhores, principalmente de emprego e renda, a desigualdade ainda é elevada no país. "Ainda temos uma distância

enorme entre a renda do 1% mais rico da população entre os mais pobres, e, portanto, temos um desafio enorme para diminuir essa diferença" afirmou.

Políticas industriais

Uma das medidas para melhorar a inclusão social é fazer o país crescer mais, de acordo com os especialistas. Nesse sentido, a adoção de políticas industriais voltadas para a transição energética serão as próximas alavancas de desenvolvimento, especialmente de países emergentes que têm apresentado mais resiliência frente às últimas crises globais, de acordo com o economista do Fundo Rafael Machado Parente, no seminário.

"Políticas industriais voltadas para a transição verde são mais efetivas, a médio prazo, do que as direcionadas às mais tradicionais" afirmou. Ele citou como exemplo medidas adotadas em países da União

Europeia, que estão mais preocupados em acelerar o processo de transição energética para ficarem menos dependentes de combustíveis fósseis.

Autor do estudo "Políticas industriais: use com cuidado" que faz uma análise em 109 países-membros do FMI, Parente destacou que os efeitos potenciais de políticas industriais melhoraram o desempenho econômico e a produtividade das economias, mas os maiores impactos positivos são decorrentes de reformas estruturais. "O efeito positivo da política industrial só acontece em setores onde há muita distorção" explicou.

No relatório divulgado na semana passada, o FMI reduziu novamente a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) global de 3,6%, em abril, para 3,2%, em outubro, após revisar para 3,4%, em julho. Para 2026, a previsão de expansão de 3,1%, que havia sido atualizada em julho, foi mantida, mas ficou 0,1 ponto percentual abaixo da estimativa de abril. Os novos dados confirmam a leve desaceleração da atividade econômica global frente ao avanço de 3,3% de 2024. Em relação ao Brasil, o Fundo elevou de 2,3% para 2,4% a estimativa de expansão da economia brasileira neste ano, e reduziu de 2,1% para 1,9%, em 2026.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/10/23/all.pdf>

"Taxa das blusinhas": mais empregos no país e nos Correios - VISÃO DO DIREITO

BRUNO DANTAS

Com base em estudo publicado pelos Correios, estão se multiplicando notícias de que o Regime de Tributação Simplificada (RTS), popularizado como a "taxa das blusinhas" teria gerado prejuízo bilionário à estatal sem gerar ganhos fiscais e sociais relevantes - e que, por isso, seria um erro político e econômico.

Mas os dados e o contexto mostram outra realidade: a redução noticiada de R\$ 2,2 bilhões seria em relação à receita projetada dos Correios e decorre, principalmente, da perda de market share - e não da aplicação da "taxa das blusinhas". Além disso, o estudo não mostra o mais relevante: a diminuição da diferença de carga tributária aplicada às plataformas internacionais de vendas em relação ao Varejo e à Indústria brasileira proporcionam a criação de 194 mil empregos diretos e outro 1 milhão de indiretos no comércio estabelecido no Brasil.

A ideia de que a "taxa das blusinhas" não trouxe arrecadação relevante também não se sustenta. Mesmo com queda de 11% nas encomendas internacionais, a arrecadação federal nos 12 meses seguintes à reintrodução do imposto de importação para os produtos das plataformas internacionais de e-commerce foi mais de oito vezes maior que nos mesmos doze meses que o antecederam, ou mais de 700%. A arrecadação com o Imposto de Importação sobre estas plataformas estrangeiras atingiu, no mesmo período, R\$ 3 bilhões.

O valor supera a perda de receita dos Correios - que, por óbvio, é diferente de lucro e, portanto, não é o valor que a estatal reverte efetivamente ao Brasil. Ainda mais importante, e consequência direta do avanço na justiça tributária, foi o reaquecimento do mercado interno.

Com melhores condições de competição, houve um incremento de mais de 17% na arrecadação federal nos segmentos de atacado e varejo, ou R\$ 37 bilhões adicionais.

A estatal não enfrenta dificuldades por conta da tributação internacional, mas pela competição com novos operadores privados - nacionais e internacionais -, que oferecem ao consumidor alternativas eficientes e acessíveis. Essa mudança de comportamento

escancarou um problema estrutural dos Correios que nada tem a ver com a "taxa das blusinhas".

Nesse contexto, não é razoável que se retorne a um regime tributário que favoreça o importado em detrimento ao produto nacional, sob a equivocada premissa de que tal regime seria a única saída para a reversão dos prejuízos dos Correios.

Outra crítica que tem sido apresentada, a de que a "taxa das blusinhas" fere os princípios da **reforma tributária**, também é precipitada e guarda grande equívoco. A reforma ainda está em fase de transição e, até sua plena vigência em 2033, o sistema tributário brasileiro permanece híbrido.

Ademais, o Imposto de Importação não está no escopo da **Reforma Tributária** e cumpre função extrafiscal. O RTS precisa continuar operando como instrumento de equilíbrio competitivo entre produtos importados e os nacionais.

E não se trata de uma jabuticaba. Os Estados Unidos, após 87 anos de isenção, voltaram a cobrar tarifas sobre produtos importados de baixo valor, justamente para proteger sua indústria têxtil e combater práticas comerciais desleais.

Por fim, é importante lembrar que a justiça fiscal não se faz apenas com progressividade - também exige isonomia. E isonomia, nesse caso, significa tratar de forma equivalente quem vende no Brasil e quem vende do exterior. O RTS não é perfeito, mas é um passo nessa direção. E como todo passo de correção, incomoda quem se beneficiava da distorção.

Site:

<https://edicao.correioabraziliense.com.br/correioabraziliense/2025/10/23/all.pdf>

Avança PL que dobra imposto sobre bets

» WAL LIMA

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou ontem, o pedido de urgência para que o projeto que propõe uma elevação da taxa sobre as plataformas de apostas on-line - conhecidas como bets - seja votado diretamente no plenário. De autoria do líder do Partido dos Trabalhadores (PT), deputado Lindbergh Farias (RJ), o texto dobra a alíquota de **impostos** atualmente cobrada das casas de apostas, passando de 12% para 24%. A

proposta foi apresentada após a medida provisória do governo federal, que previa aumento semelhante, perder a validade sem ser votada pelo Congresso.

Com a aprovação da urgência, o projeto segue agora para a mesa do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), responsável por pautar a matéria no plenário. Antes, ele deve ouvir os líderes partidários para avaliar se há consenso político em torno da proposta.

Lindbergh reforça que a medida é urgente e necessária: "Não se trata apenas de arrecadar mais,

mas de proteger a população e fortalecer as políticas públicas. É o Estado assumindo sua responsabilidade diante de um problema que já virou epidemia social"

Destinação social

O projeto do petista propõe que a arrecadação adicional seja direcionada ao Sistema Único de Saúde (SUS) e a programas de conscientização sobre os riscos do vício em jogos de azar, conhecido como ludopatia - transtorno reconhecido pela Organização

Mundial da Saúde (OMS).

Segundo o deputado, a iniciativa tem caráter social e busca compensar os danos econômicos e psicológicos causados pela explosão das apostas on-line no país. "As bets vêm arruinando as finanças de milhares de famílias e gerando graves problemas de saúde mental. É justo que uma parte do lucro desse setor seja revertida para tratar e prevenir esses mesmos impactos", afirmou.

Lindbergh destacou que a carga tributária brasileira sobre o setor é uma das mais baixas do mundo.

No Reino Unido, a taxa é de 21%; na França, chega a

33%; na Itália e na Espanha, 20%; e no México, 30%. "Mesmo com a elevação para 24%, o Brasil continuará com uma tributação inferior à da maioria dos países que regulam o setor" argumentou.

O parlamentar defende que a medida é mais do que um ajuste fiscal - é uma resposta ética e pragmática a um problema de saúde pública. "Argumentar contra essa taxa é fechar os olhos para milhões de brasileiros endividados e adoecidos pelo vício em apostas.

Precisamos alinhar o interesse fiscal à urgência social" reforçou.

De acordo com dados do Ministério da Fazenda, o setor movimentou R\$ 17,4 bilhões em receita bruta apenas nos seis primeiros meses de 2025, com 17,7 milhões de brasileiros realizando apostas. O país já é o terceiro maior consumidor de sites de apostas do mundo, segundo levantamento da Comscore.

Os efeitos desse crescimento acelerado são visíveis: entre 2022 e 2024, os atendimentos por sintomas de vício em jogo no SUS aumentaram 300%.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/10/23/all.pdf>

Estudo aponta que até 25% no País aceitam consumir produtos ilegais

GONÇALO JUNIOR

Parte dos consumidores brasileiros está propensa ao consumo de produtos ilegais em diversos setores. Em números: 24% daqueles que consomem bebidas alcoólicas (11,7 milhões), 20% dos que utilizam combustíveis (9,7 milhões), 20% dos que compram eletrônicos (3,4 milhões) e 25% dos que adquirem vestuário (9,7 milhões) estariam dispostos a adquirir itens ilícitos.

Essas são algumas constatações do 1.º Levantamento Nacional sobre a Demanda por Bens e Serviços Ilícitos, realizado pela Escola de Segurança Multidimensional da Universidade de São Paulo (Esem/ USP) em parceria com o Instituto Ipsos. O objetivo do estudo, divulgado ontem, foi medir a propensão ao consumo de produtos ilícitos.

O levantamento foi feito antes do surto de casos de contaminação de bebidas com metanol, que já provocou mortes em três Estados (São Paulo, Pernambuco e Paraná) e reavivou a discussão sobre o mercado de produtos ilícitos.

DIVISÃO SOCIAL. Para Leandro Piquet, coordenador da Esem, especialista em segurança pública e mercados ilícitos e professor do Instituto de Relações Internacionais da USP, um dos destaques é a propensão de todas as classes. "Nós imaginávamos que o consumidor recorria ao produto ilegal quando não tinha recursos para adquirir o produto legal.

Mas essa propensão está presente em todas as classes socioeconômicas", diz o coordenador da pesquisa.

Um setor que exemplifica essa distribuição é o de eletrônicos: 21% das compras são realizadas em locais de risco, como vendedores informais e redes sociais. "Não há distinções significativas em termos regionais ou socioeconômicos", diz trecho do relatório.

O comércio de bens ilícitos atrai organizações criminosas que criam cadeias baseadas na falsificação, adulteração, contrabando, sonegação fiscal e lavagem de dinheiro.

"Muitas vezes, o consumidor que adquire não quer se beneficiar.

É desconhecimento sobre a cadeia criminosa. Nossa missão é expor que o crime organizado tomou dimensão assustadora", afirmou Emerson Kapaz, presidente do Instituto Combustível Legal.

BEBIDAS ALCOÓLICAS. No caso das bebidas alcoólicas, 48,7 milhões consomem mensalmente.

Destes, 11,7 milhões estariam dispostos a comprar ilegais, o que representa 20% da base de consumidores.

No vestuário, os índices são ainda mais alarmantes e correspondem a 25% de consumidores dispostos a adquirir peças ilegais. Ao todo, são 38,9 milhões que compram roupas mensalmente. Desse total, 9,7 milhões admitiram que comprariam produtos ilegais.

Em alguns mercados, a demanda por bens e produtos ilícitos gera perdas gigantescas para a sociedade e para economia nacionais, como no caso dos cigarros eletrônicos.

Mesmo proibidos no País ou sem regulação, dez milhões consomem cigarros eletrônicos e sachês de nicotina.

Este mercado movimenta R\$ 7,8 bilhões por ano sem recolhimento de **tributos** e com recursos que alimentam atividades criminosas. A pesquisa estima que, com a regulamentação, o setor poderia gerar R\$ 13,7 bilhões em **impostos** estaduais e federais.

De acordo com a pesquisa, 23,4 milhões de pessoas declararam ter fumado cigarros convencionais no último trimestre.

Ao todo, 10% dos fumantes têm como primeira opção uma marca ilegal de cigarros.

"O regime de proibição, em vez de eliminar os mercados de bens e serviços ilegais, acaba por transferi-los para o crime organizado", analisa o coordenador da Esem.

O mercado de bens ilícitos é um fenômeno global. Em 2019, o Fórum Econômico Mundial estimou que o comércio ilegal movimenta cerca de US\$ 2,2 trilhões por ano na economia do mundo todo. I

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"Exceções foram o custo da aprovação da reforma"

Secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, foi presidente do conselho de administração do Banco do Brasil restes a deixar o goí PJ verno, o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernard Appy, disse ao Estadão/Broadcast que as exceções incluídas na **reforma tributária** superaram o que seria ideal e acabaram elevando a alíquota de referência, mas foram o "custo político" da aprovação.

Apesar das modificações, ele avalia que a "espinha dorsal" da reforma foi mantida. "Entre fazer um projeto imperfeito numa democracia e um projeto perfeito numa ditadura, prefiro um projeto imperfeito numa democracia", disse.

A fase de testes do novo sistema está prevista para começar em i.º de janeiro, mas Appy ponderou que 2026 será um ano de orientação. "Não é um ano de punição. Não se pretende punir as empresas. Se pretende orientar para que se adaptem ao sistema que tem de começar a funcionar de fato em 2027."

Appy fica no cargo até 6 de novembro, quando a secretaria que chefia será extinta. Sobre seu futuro, ele disse que deverá tirar um mês ou dois de descanso, e depois pretende "continuar participando do debate de políticas públicas".

Como o sr. viu o texto do Projeto de Lei Complementar (PLP) 108, que regulamenta a segunda parte da **reforma tributária** sobre consumo, aprovado no Senado e que agora está na Câmara?

Está bem positivo. A Câmara já tinha feito um bom trabalho. O Senado melhorou. O grosso dos ajustes foi positivo. Mas tem de esperar ainda, tem o retorno à Câmara.

Como está a expectativa para a votação na Câmara? Passa este ano?

Este ano, com certeza absoluta. Deste ano não passa.

Tem dois projetos ainda que precisam ser enviados...

Tem o projeto da alíquota do Imposto Seletivo e tem um projeto de lei, uma parte muito técnica, de forma de transferência de recursos para o Fundo Nacional de Compensação de Benefícios Fiscais (FCBF). Para o FCBF, tem um aporte este ano ainda, o valor já está

dado.

Este precisa ser aprovado este ano?

Este segundo, sim. O Imposto Seletivo precisa ser aprovado no ano que vem, a tempo de os impactos serem considerados na fixação da alíquota da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) para 2027. Porque a arrecadação do Imposto Seletivo é um parâmetro que define a alíquota da CBS.

E quanto à alíquota-pa-drão?

Já está sendo feito o trabalho pela **Receita Federal** de elaboração da metodologia para definição da alíquota, sendo discutido, inclusive, com o TCU (Tribunal de Contas da União). O número que nós temos hoje é aquele (de 28%), mas a metodologia está sendo mais detalhada agora.

No fim, o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) vai ficar com uma alíquota alta. Como o sr. acha que o governo deve abordar essa situação para conseguir que as pessoas entendam que está melhor?

Por vários motivos, a carga tributária atual é totalmente opaca para o consumidor. O que o novo modelo vai fazer é tornar transparente a carga tributária que o consumidor já paga hoje.

Como o sr. avalia as exceções? A Fazenda sempre foi crítica ao número de exceções.

Foi o custo político para a aprovação da reforma. Obviamente, do ponto de vista do Ministério da Fazenda, foi um número de exceções maior do que a gente gostaria que tivesse. Mas, por outro lado, em relação à quantidade de exceções que a gente tem hoje, reduziu. É um sistema claramente mais

uniforme. E o próprio Congresso colocou, aprovou a revisão quinquenal do modelo. Então, acho que nós vamos ter uma oportunidade, começando já em 2031, ainda durante a transição, de avaliar os resultados do que foi colocado.

Na quantidade, o sr. avaliou que foi a mais. E no mérito, vocês fizeram essa avaliação do que é meritório e o que não é?

Todo mundo sabe que a gente sempre preferiu trabalhar com cashback, com a devolução do imposto para as famílias, do que com alíquotas reduzidas. No fundo, ficou ali um modelo intermediário que ainda não teve alíquotas reduzidas para algumas categorias, mas que, ao mesmo tempo, já tem o cashback de volta. Estamos numa democracia. Não adianta dizer qual é o ideal técnico. O ideal é o que é viável politicamente. O novo sistema é, claramente, muito melhor do que o sistema que a gente tem hoje. Entre fazer um projeto imperfeito numa democracia e um projeto perfeito numa ditadura, prefiro um projeto imperfeito numa democracia.

Qual é a expectativa para o início de 2026, quando começa a fase de testes?

É um ano de teste. A ideia é não cobrar IBS e CBS em 2026. Vão ser exigidas obrigações acessórias das empresas. O ano serve exatamente para isso, identificar problemas. Não é um ano de punição. Pretende-se orientar para que as empresas se adequem ao sistema que tem de começar a funcionar de fato em 2027.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Será preciso restringir gasto com pessoal e renúncia fiscal?

THAÍS BARCELLOS

Diante das dificuldades em obter novas receitas e do aumento de despesas, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva se encaminha para fechar 2025 com novo déficit nas contas públicas. Caso o resultado se confirme, o arcabouço fiscal determina que sejam acionadas travas ao crescimento de gastos com pessoal e a novas renúncias tributárias. Mas a redação da lei levanta discussões sobre o período em que as restrições seriam impostas: o governo defende que valerá só para 2027, e técnicos de Orçamento do Congresso e do Tribunal de Contas da União (TCU) argumentam que os gatilhos já deveriam ser acionados em 2026.

A equipe econômica prevê rombo primário de R\$ 30,2 bilhões este ano, bem próximo ao limite inferior da meta zero, que permite déficit de até R\$ 31 bilhões. O projeto de lei orçamentária anual de 2026, por sua vez, prevê alta de 11,2% de gasto com pessoal e novos incentivos fiscais, como o de promoção de data centers.

O acionamento de medidas de ajuste fiscal em caso de resultado deficitário é um comando que foi inserido no arcabouço no fim de 2024, no pacote de corte de gastos enviado pelo governo. A legislação determina que, em caso de déficit primário do Governo Central a partir de 2025, ficam vedadas a ampliação de incentivos fiscais e o aumento real (descontada a **inflação**) de gastos com pessoal superior a 0,6%, piso do limite de gastos. O trecho, porém, diz que a vedação vale no ano "subsequente" à apuração do resultado anual das contas públicas, que ocorre sempre em janeiro.

Na avaliação do governo, o trecho que cita a validade para o "ano subsequente ao da apuração" deixa claro que as travas só valeriam a partir de 2027. Para explicitar o entendimento, segundo o Ministério do Planejamento, foi incluído artigo no projeto de lei de diretrizes orçamentárias. No trecho, o governo especifica que os gatilhos "não se aplicam, nem criam qualquer restrição, à elaboração e à execução" do Orçamento de 2026.

"Registre-se que a norma menciona expressamente o ato da apuração do resultado primário, o qual ocorre, reconhecidamente, no início do exercício subsequente,

pelo Banco Central do Brasil. Desse modo, considerando que a apuração do resultado primário de 2025 ocorre em 2026, as restrições aplicam-se ao exercício de 2027", disse o Planejamento na mensagem presidencial que acompanhou a lei orçamentária de 2026.

Esse entendimento foi contestado, contudo, pelos técnicos de Orçamento do Congresso e pelo TCU. As discordâncias foram apresentadas na avaliação do texto que trata das diretrizes orçamentárias.

Em nota, as consultorias de Orçamento da Câmara e do Senado observaram que, embora a apuração final só ocorra em janeiro, já haverá antes sinalizações em relatórios se é ou não factível resultado zero ou superavitário.

ALERTA DO TCU

Técnicos entendem, no máximo, que a aplicação das travas teria de esperar a divulgação do resultado final, mas ainda em 2026. E argumentam que o texto das diretrizes orçamentárias, um projeto de lei comum, não poderia alterar uma lei complementar, como a que rege o arcabouço.

No TCU, o alerta veio do Ministério Público de Contas.

Com base no parecer dos técnicos do Congresso, o procurador Júlio Marcelo de Oliveira recomendou "dar ciência" à Fazenda e ao Planejamento de que o artigo do projeto das diretrizes viola o arcabouço e não tem força legal para afastar a incidência na execução orçamentária de 2026.

Segundo Oliveira, o déficit em 2025 parece inevitável, e o arcabouço é claro ao prever que as medidas de ajuste incidirão já em 2026. "Propostas que pretendem afastar essas medidas de ajuste para possibilitar aumento de despesas em ano eleitoral são ilegais, altamente danosas para as finanças públicas e vão de encontro ao princípio da responsabilidade na gestão fiscal."

Para Jeferson Bittencourt, head de macroeconomia do ASA, o texto da lei indica que valerá em 2027:

-Vale para 2027 mesmo. Não deveria ser assim, mas é.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Novos modelos de concessão aumentam segurança jurídica

APRESENTADO POR DIÁLOGOS

Um contrato bem feito, com segurança jurídica e mecanismos rápidos para a solução de possíveis entraves, é o ponto de partida para garantir que concessões e licitações resultem em bons serviços ao público e, ao mesmo tempo, atraiam o interesse do setor privado.

- E fundamental ter segurança jurídica para o gestor e para o investidor, que vai alocar milhões ou bilhões de reais. No fim das contas, estamos falando em investimento: nenhum ente privado vai colocar dinheiro onde não há retorno. Infelizmente, é comum no Brasil uma empresa recorrer ao Judiciário quando perde uma licitação - afirmou o secretário estadual da Casa Civil, Nicola Miccione, no painel sobre transparência e concessões do Diálogos RJ.

Esses princípios de modernização dos modelos de concessão vão nortear, por exemplo, a decisão sobre o futuro do fornecimento de gás. Até 2027, o governo do estado precisa renovar a concessão atual por mais 20 anos ou realizar nova licitação. A atual concessionária, Naturgy, manifestou ao estado interesse na prorrogação do contrato.

- O estado contratou a Fundação Getulio Vargas para analisar cenários, a questão do valor. Temos possibilidade de renovar com a empresa pagando outorga que o mercado pagaria, com investimentos

necessários, programa rigoroso de cumprimento e modernização contratual, com rápida solução de conflitos. Caso não seja o melhor cenário, a gente parte para uma nova licitação. Em qualquer das hipóteses, isso trará algum valor de outorga para o estado, que será utilizado para novos investimentos em infra-estrutura e, mais do que isso, é fundamental que permita modicidade tarifária, que não aumente muito a tarifa e impacte diretamente o cidadão. Está sendo estudado com muito cuidado, discutido com o TCE, com a Assembleia Legislativa - disse Miccione.

O presidente do TCE-RJ, Mareio Pacheco, citou a criação de mecanismos em que fiscalização e controle já começam nas primeiras etapas da licitação, para evitar atrasos e interrupções em obras e na prestação de serviços:

- Estamos avançando na área de inteligência artificial para dar velocidade na área de análise de documentos, de dados, porque ajuda para fazer qualquer tipo de julgamento. Implantamos o Módulo de Inteligência Artificial para recuperar dados e dar mais transparência.

PREVENÇÃO DE FALHAS

Pacheco mencionou um movimento em vários tribunais de contas do país que dá prioridade à prevenção de falhas na gestão pública, a partir da transparência e do diálogo, no lugar da reação a um problema já instalado.

- Criamos a figura do Procedimento Prévio de Verificação, inovador no Brasil. Se há indício de irregularidade em um procedimento licitatório, nós avisamos previamente ao gestor e ele tem 72 horas para responder os pontos de controle. Com possibilidade de mais 72 horas. Se não responder, a licitação pode ser suspensa. Não significa abrir mão do caráter punitivo. O gestor pode responder os pontos de controle antes de uma denúncia maior - afirmou o presidente do TCE-RJ.

Um dos grandes processos que o TCE acompanha atualmente é a transição da concessão da SuperVia, operadora dos trens urbanos. O estado prepara uma nova modelagem e fará investimentos antes de nova licitação.

- Numa fase inicial sairá a operadora atual, haverá contratação de um operador de curto prazo, com investimentos sendo feitos pelo estado na modernização do ativo. Uma concessão de longo prazo não atrairia investidores. Vai haver um modelo de transição, similar ao das barcas. Numa fase seguinte uma concessão de longo prazo, como é hoje do metrô - explicou Miccione.

A concessão do Maracanã foi citada por Miccione e Pacheco como exemplo de bom resultado na elaboração do contrato, por fim assinado com o consórcio vencedor, formado por Flamengo e Fluminense.

- A gente foi ajustando o contrato em diálogo com o Tribunal de Contas. O processo foi de tal maneira trabalhado em conjunto que a gente tem uma

concessão com quase nenhuma discussão judicial-destacou o secretário.

Fundador da República.org e da MaisProgresso.org, Guilherme Cezar Coelho chamou atenção para a importância da reforma administrativa e da valorização dos bons servidores:

- A democracia é o melhor negócio, é muito importante investir em transparência, circulação de ideias e especialmente em gestão pública, porque a democracia se fortalece com bons **servidores públicos**, com bons processos. A reforma administrativa em discussão no Congresso é fundamental. A gente tem que fazer reforma administrativa no Brasil porque há consenso de que não é reforma punitivista, é para melhorar e incentivar cada vez mais gente excelente que trabalha em governos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

ESTRATÉGIA DE AÇÃO - Governo tenta driblar impasse para fechar contas, mas Congresso vê falhas na articulação

CAMILA TURTELLI, THAÍS BARCELLOS, LUÍSA MARZULLO E SÉRGIO ROXO

Na corrida para driblar o impasse e aprovar no Congresso até o fim do ano projetos que cubram o rombo fiscal, o governo ouviu ontem do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que é necessário melhorar a articulação política para alcançar o objetivo de recompor o Orçamento. O Palácio do Planalto tenta acelerar votações e vem promovendo mexidas no segundo e terceiro escalões para fidelizar parlamentares, mas resistências em endossar iniciativas que aumentam **impostos** e reclamações sobre o ritmo lento no pagamento de emendas, por exemplo, criaram um clima desfavorável.

O governo vem estudando alternativas depois que a medida provisória (MP) alternativa ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) perdeu validade sem ser votada pelo Congresso. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, informou que a pasta trabalha em dois eixos: um voltado à arrecadação e outro ao corte de gastos. Também está sendo discutido com Motta o envio de uma MP para garantir um corte imediato de despesas, até que um projeto de lei sobre o mesmo tema seja aprovado.

Ontem, o presidente da Câmara disse que a relação entre governo e Congresso "tem muito o que melhorar".

- Estamos praticamente em novembro, aguardando a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). O prazo está bem apertado - disse Motta ao portal gl, em referência ao projeto que estabelece as bases do Orçamento de 2026 e já teve a votação adiada.

A fragilidade na articulação foi vista na própria votação em que a MP foi retirada de pauta e perdeu a validade, no início do mês. A expectativa para 2026 era de arrecadação de R\$ 20,9 bilhões e um corte de R\$ 10,7 bilhões.

Depois do episódio, a ministra Gleisi Hoffmann (Relações Institucionais) disse que seria necessário reorganizar a base, determinou a demissão de

indicados de deputados que votaram contra o governo e vem negociando a ocupação dos espaços com congressistas mais próximos, uma tentativa de fortalecer o apoio.

URGÊNCIA PARA TAXAR BETS

A estratégia passa também pelo discurso de que rejeitar propostas que aumentam a taxa de bets, por exemplo, seria "agir contra o povo" e favorecer os mais ricos. Em outra frente, aliados da base es-

tudam atalhos regimentais, como fundir textos ou aproveitar projetos em tramitação avançada, para acelerar a aprovação das medidas.

Ontem, por exemplo, a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara aprovou o regime de urgência para o projeto que aumenta a taxa de apostas on-line. A proposta é uma das peças centrais do pacote de recomposição fiscal. O texto, que eleva a alíquota cobrada sobre a receita bruta das bets de 12% para 24%, agora será analisado em plenário, mas ainda não há data.

-Não queriam que a gente taxasse bancos, fintechs, bilionários, bets. O governo não desistiu dessa briga - afirmou o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ).

Além das bets, a ideia é ressuscitar medidas de aumento de arrecadação relativas a fintechs e sobre a distribuição de Juros sobre Capital Próprio. Controle de gastos e a limitação da compensação tributária ficariam em outra norma. As ações para elevar arrecadação e cortar despesas ficariam próximas de R\$ 30 bilhões e são consideradas essenciais para fechar as contas de 2026.

- Precisa ser aprovado (o pacote) esse ano para constar da lei orçamentária. A gente mantém a previsão da MP nas linhas gerais -disse ontem o secretário executivo da Fazenda, Dario Durigan.

Líderes governistas dizem que as demissões recentes começaram a produzir efeito, com sinais de reaproximação de parte das bancadas da base aliada.

Parlamentares do

Centrão e da oposição, no entanto, avaliam que as resistências ainda são significativas.

(Colaboraram Bruna Lessa e Bernardo Lima)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

- O governo cria as próprias dificuldades. Tenta resolver o déficit fiscal com aumento de imposto e não quer tratar do que realmente interessa, que é a redução de gastos. Não há boa vontade nesse sentido - disse o deputado Domingos Sávio (PL-MG).

Para o líder do União Brasil no Senado e presidente da Comissão Mista do Orçamento (CMO), Efraim Filho (PB), é possível que avance a parte que trata de controle de gastos e alguma iniciativa de arrecadação, como a das bets, mas propostas que afetem o setor produtivo devem emperrar.

-O que o Congresso deseja é que o governo foque em corte de gastos. Ao derrubar a MP, o Congresso colocou um pé na porta de aumento de **impostos** ao setor produtivo - disse o senador, para quem os prazos de votação da lei orçamentária "começam a se tornar quase inexecutáveis".

Parlamentares mais próximos ao Planalto ponderam que o momento do Executivo, com sinais de recuperação da popularidade do presidente Lula e o avanço na Câmara do projeto de isenção do Imposto de Renda, pode ajudar.

-O governo cresceu e está se sentindo mais confortável na disputa. Está usando a tática do rico contra o pobre, transferindo para o Congresso o peso de quem está apoiando o rico -disse o líder do PDT na Câmara, deputado Mario Heringer (MG).

PISO DA META

Em outra frente, o ministro Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União (TCU), autorizou o governo a continuar perseguindo o piso da meta durante a execução do Orçamento neste ano. Para os próximos anos, no entanto, o ministro manteve o entendimento de que será irregular mirar a banda inferior da meta, o que demandará mais fôlego fiscal ao Executivo.

Zymler é relator do caso e apresentou seu voto na sessão de ontem, e o ministro Jhonatan de Jesus pediu vista do processo por 30 dias. A decisão precisa ser submetida ao plenário da Corte. Caso o entendimento seja mantido, o governo deve enfrentar mais dificuldades para fechar as contas nos próximos anos. Hoje, o Executivo leva em conta a banda inferior da meta como parâmetro para congelar recursos. Se o critério passar a ser o centro da meta, os congelamentos serão maiores.

Afrouxamento monetário pode tardar, diz Ibre

Marcelo Osakabe De São Pau lo

Economistas de mercado seguem confiantes de que o Banco Central iniciará o ciclo de cortes da Selic na virada de 2025 para 2026, mas as condições necessárias para o início do afrouxamento monetário ainda não estão presentes. É o que defende o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV Ibre) na edição de outubro do Boletim Macro. Segundo essa visão, o BC deverá ter mais segurança sobre o próximo passo apenas em meados do ano que vem.

"A turma que acredita que o ciclo será iniciado nos próximos meses cita vários motivos: câmbio comportado, expectativas de **inflação** melhorando, hiato do produto que deve caminhar para o negativo... Há ainda os que citam preocupações com a dívida pública, o crédito. São indicadores importantes, mas eles nos dão informação suficiente?", questiona o pesquisador José Júlio Senna, que assina o editorial do boletim com Silvia Matos e Livio Ribeiro. "Acredito que não. Nenhum indicador tem conteúdo informacional mais completo do que a projeção de **inflação**, é ela o alvo intermediário do sistema de metas. E a projeção de **inflação** do BC para o horizonte relevante segue em 3,40%, e as expectativas, acima do centro da meta."

Em sua avaliação, o BC não deve cometer o mesmo erro de 2023. No último ciclo de cortes, lembra, iniciou o movimento antes que as expectativas e a sua própria projeção estivessem voltado à meta, mas foi obrigado a interromper o ciclo antes do esperado diante de uma **inflação** que voltou a acelerar.

A questão, diz Silvia Matos, é se de fato o grau de aperto monetário vigente conseguirá fazer a atividade desacelerar o suficiente não apenas para colocar as expectativas à frente no lugar certo, mas mantê-las lá.

"Sabemos que a política fiscal é algo que complica esse entendimento. O primeiro semestre de 2025 foi mais fraco por causa da política fiscal contracionista, mas esse cenário já passou. Estamos vendo reaceleração dos gastos e 2026 é ano eleitoral, com uma série de programas e outras medidas de estímulo em vista", diz.

A coordenadora do boletim chama atenção para um

outro detalhe: o Banco Central tem sistematicamente subestimado a abertura do hiato positivo. Mapeando todas as trajetórias apresentadas nos Relatórios de Política Monetária (RPM) desde 2023, os economistas perceberam uma revisão somente para cima e às vezes muito fortes, que se estendiam longo de dois ou até três trimestres, diz.

O modelo do BC - que faz o uso de diversas métricas de hiato para formular sua própria métrica - apontou para um hiato positivo em 1% no último RPM e indicou que ele deve chegar a -0,5% no primeiro trimestre de 2027, o atual horizonte relevante de política monetária. Já o Ibre estima que o hiato estava positivo em 2,05% entre janeiro e março. Ou seja, seu fechamento será mais demorado.

Os números de atividade corrente dão alguma indicação nesse sentido, diz Matos. O IBC-Br apontou alta de 0,4% em agosto, mas apenas porque a base de comparação era ruim após vários meses de dados negativos na margem. Por outro lado, o setor de serviços - que representa cerca de dois terços da economia brasileira - acelerou 1% em relação a julho com altas disseminadas entre setores.

"O mercado de trabalho, que mantém o setor dinâmico, tem mostrado números mais fracos sobretudo no Caged, mas na Pnad ainda segue surpreendendo para cima. E a **inflação** de serviços continua rodando em 6% no acumulado em 12 meses, quando o necessário para colocar a **inflação** na meta seria algo entre 4% e 5%", argumenta Matos.

Chefe de pesquisa econômica do BTG Pactual e pesquisador do Ibre, Samuel Pessoa oferece um contraponto. Em sua avaliação, as condições necessárias para o início do ciclo de cortes ficarão visíveis até o início do ano que vem - exceção feita ao movimento das expectativas de **inflação**.

"Mas isto tem a ver com um problema estrutural, que é o fiscal. E isto é algo que só será endereçado de forma mais definitiva em 2027, depois da eleição", diz.

Sabemos que a política fiscal é algo que complica o entendimento"

- Silvia Matos

Demorar para agir, segue o economista, é fechar os olhos para um aperto monetário muito forte - o juro real opera na casa de 9,5% no momento. "Se esse grau se mantiver, corremos risco de uma desaceleração muito forte, talvez até com crise no crédito", alerta.

Em sua avaliação, diante de um quadro fiscal congelado pelo debate eleitoral e os riscos no horizonte, o BC vai se apoiar em dois critérios para iniciar o ciclo. Primeiro, sua própria projeção de **inflação** cairá à meta até lá. Segundo, a desaceleração da economia ficará mais clara, inclusive no mercado de trabalho.

"Os indicadores têm confirmado a economia mais fraca nos últimos meses. Agosto parou de piorar, mas creditamos no BTG essa pauta ao efeito dos precatórios [pagos em julho]. Mesmo assim, foi um impulso mais fraco que o esperado", diz.

O banco estima crescimento de 1,5% do **PIB** em 2026 e também conta com um cenário menos alarmista para a expansão dos gastos em ano eleitoral. Em seus cálculos, a taxa de crescimento do gasto primário já descontada a **inflação** cresceu 9% em 2023 na comparação interanual, número que caiu a 6% em 2024 e deve terminar 2025 em 1,5%. Em 2026, haverá reaceleração, mas para 3%.

"Então não achamos que haverá explosão do gasto primário, até porque este governo Lula decidiu inverter o ciclo político e começar o mandato gastando mais. Mesmos os Estados estão com bastante caixa, mas também acreditamos que isso não será revertido em gastos acima do patamar histórico, pela própria dificuldade dos governos em executar tamanho volume de recursos."

Dado esse cenário, o ciclo pode ser iniciado em janeiro, mas Pessoa pondera que talvez o BC enxergue ser melhor adiá-lo em uma reunião. "Janeiro será a primeira reunião da diretoria nova, pode haver questionamentos em por causa desse fator, como já houve anteriormente. O [presidente do BC Gabriel] Galípolo tem sido bem-sucedido em construir a reputação da instituição - é só ver como as projeções de **inflação** para 2028 chegaram a 3,6% a despeito do desequilíbrio fiscal que sabemos ser estrutural. Mas talvez avalie fazer sentido esperar um encontro para reforçar esse processo", observa.

Senna, por sua vez, pondera que a visibilidade no início do ano estará muito baixa. "Em janeiro, o BC estará olhando a **inflação** de meados de 2027. Só que ele consiga garantir que a desaceleração esperada em 2026 irá ocorrer. O atual governo tem como política econômica promover o crescimento mediante política

de crescimento real dos gastos. Vai mudar justamente em ano eleitoral?"

O Ibre também tem projeção diferente de **PIB** - espera 1,9% ano que vem - e, em suas simulações, o hiato do produto só baixa ao patamar neutro caso houvesse estagnação da economia.

Por isso, o ideal seria optar pela prudência e esperar, ao menos, até meados do ano, argumenta o ex-diretor do BC. "Junho é uma opinião colegiada aqui. Eu colocaria um viés de ser ainda mais para frente, para dar mais segurança de que é possível iniciar com tranquilidade uma redução dos juros."

Site: <https://valor.globo.com/imprensa/20251023>

Com IOF, fundos de previdência já estão no vermelho em R\$ 32 bi

Liane Thedim

O vento virou para os fundos de previdência privada aberta. Se de janeiro a setembro de 2024 o setor acumulou captação líquida positiva de R\$ 32 bilhões, no mesmo período deste ano o saldo ficou negativo em R\$ 31,6 bilhões, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima).

Gestoras e seguradoras não veem recuperação tão cedo e, como alternativa à perda de atratividade para a alta renda após a mudança no Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) que incide sobre a classe, já começam a rever estratégias, aumentando o foco no varejo, na previdência corporativa e no "rouba monte" dos bancos, que ainda concentram a maior parte dos recursos.

"Vamos entrar no portfólio de quem antes não buscava a previdência achando que era para grandes valores, mas o que perdemos pelo IOF não será recuperado", avalia o presidente da Comissão de Investimentos da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (FenaPrevi), Vinícius Marinho da Cruz. "Não há como compensar. E não tem mágica, serão menos clientes com volumes maiores e mais com volumes menores", resume Marcelo Flora, sócio do BTG Pactual responsável por canais digitais e principal executivo (CEO) da seguradora do grupo.

O decreto do governo tributou com IOF de 5% aportes acima de R\$ 300 mil em 2025 e acima de R\$ 600 mil em 2026 nos planos do tipo Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). O ano já havia começado fraco, mas parecia reagir em maio quando, no fim daquele mês, veio a mudança. A reação foi rápida. Somente entre junho e setembro, os saques superaram os depósitos em nada menos do que R\$ 27,3 bilhões, ainda conforme a Anbima.

Flora, do BTG, observa que foram muitas mudanças regulatórias a partir de 2024, incluindo a taxação dos fundos fechados exclusivos e a restrição aos fundos de previdência familiares com mais de R\$ 5 milhões, culminando com as idas e vindas do decreto do IOF - o texto original de maio foi substituído por outro com ajustes em junho, sustado pelo Congresso e revalidado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em julho. "Quando se adiciona incerteza num ambiente de

juro a 15%, vemos a renda fixa isenta crescendo muito de participação no portfólio dos clientes."

Gabriel Escabin, chefe da área de previdência e seguros do BTG, conta que, entre junho e agosto, teve perda de cerca de 25% na captação média, enquanto o mercado como um todo sofreu com recuos de até 85% e muitas instituições tiveram captação negativa. Victor Bernardes, diretor de vida e previdência da Sul América, diz que algumas seguradoras têm até 70% de sua captação bruta concentrada no perfil de cliente impactado pela medida do IOF. "Cerca de 40% da arrecadação do ano acontece no último trimestre, e foi um ano perdido em função das incertezas."

Para o executivo da SulAmérica, a alta renda deixará de ver a classe como instrumento de eficiência tributária. "O problema não são as saídas de recursos. Os resgates existem sempre e são legítimos. O problema é que entrou muito pouco", diz. Segundo ele, agora, será preciso fazer um trabalho para que os fundos de previdência sejam usados para construção de patrimônio, não só pela isenção de **impostos**. O executivo lembra que tradicionalmente os aportes no VGBL são concentrados em altos valores, e agora isso terá de ser revisto, uma mudança de comportamento que leva tempo. Por isso, ele não espera reação no ano que vem e talvez nem em 2027.

Bernardes vê o mercado se voltando às classes e C, em que, afirma, a SulAmérica é forte, assim como na previdência corporativa, que responde por

"Quando se adiciona incerteza num ambiente de juro a 15%, vemos a renda fixa isenta crescendo muito" Marcelo Flora mais de 10% das reservas da empresa. Dados da Fena Previ mostram que, da captação bruta do setor, 91% são para planos individuais e 7%, coletivos.

Também na Icatu Seguros os planos empresariais são relevantes, mas a seguradora agora quer difundir o instrumento para pequenas e médias como ferramenta para atração e retenção de profissionais. "Temos mais de 400 grupos econômicos na Icatu, com uma reserva bem relevante em previdência empresarial, mas ainda é muito pequena perto do universo que poderia ser", diz Henrique Diniz, diretor de produtos de previdência.

Nos planos individuais médios, prossegue ele, há

muito o que explorar, já que são cerca de 11 milhões de investidores apenas. A Icatu iniciou neste mês um projeto para qualificar corretores de seguros a orientar clientes em investimentos em previdência privada. "A iniciativa não nasceu por isso, mas ajuda muito a diversificar nossos canais e base de clientes."

De acordo com Diniz, a indústria pós-IOF vai olhar mais para o cliente que faz a contribuição mensal para aposentadoria, com recorrência, e visa ao médio e longo prazo de forma a diversificar a carteira e para planejamento familiar, como pagar a faculdade de filhos, por exemplo, beneficiando-se do diferimento fiscal pela tabela regressiva. "Ficou mais clara a importância desse segmento." Para clc, a jornada agora é de educação. "Temos de reconstruir a visão da previdência junto ao investidor, é um trabalho de médio prazo." Marinho, da FenaPrevi, diz que, antes do IOF, o movimento de acumulação já vinha caindo em 2025, num cenário de juros altos e famílias com orçamento mais apertado. Também a concorrência dos produtos incentivados, como debêntures com isenção de Imposto de Renda, comenta, reduziu a entrada de recursos. Relatório da entidade mostra que os aportes totalizaram R\$ 111,2 bilhões entre janeiro e agosto de 2025, queda de 15,2% quando comparado ao mesmo intervalo do ano passado. Do montante, 91,5% foram para planos VGBL. "Tem gente pagando o IOF porque ainda vê vantagens, as pessoas não se afastaram totalmente." Escabin, do BTG, diz que, por ser uma seguradora nova, tem uma fonte de captação forte via portabilidade. Na média do mercado, a fatia é pequena, girando em torno de 3% a 4% ao ano. "Temos procurado crescer nos planos individuais e na previdência corporativa. Temos serviços voltados ao RH das empresas, e a previdência se insere aí. No geral, nos mantemos otimistas com o crescimento do negócio", afirma.

Site:

<https://infoglobo.pressreahhttps://valor.globo.com/virador#/edition/188374?page=1§ion=1der.com/o-globohttps://valor.globo.com/virador#/edition/188374?page=1§ion=1>

STF valida Difal do ICMS a partir de 2022 e nega cobrança retroativa

Marcela Villar

A discussão sobre o diferencial de alíquotas (Difal) do ICMS no Supremo Tribunal Federal (STF) parece ter chegado ao fim e, apesar da derrota no mérito, os contribuintes comemoram o fato de ter sido vedada a cobrança retroativa. Os ministros, em julgamento finalizado à meia-noite de terça-feira no Plenário Virtual, reafirmaram o entendimento de que os valores só podem ser cobrados a partir de abril de 2022, como defendiam os Estados. Os contribuintes argumentavam que só poderia ser exigido a partir de 2023.

As companhias que entraram com processo judicial até novembro de 2023 não precisam pagar o Difal de 2022. Esse era o principal pleito dos contribuintes, pois o STF já havia entendido de forma desfavorável a eles em 2023, exigindo o diferencial de alíquotas desde abril de 2022. A esperança era a modulação - a partir de quando o entendimento passava a ter efeitos.

O Difal de ICMS é usado para dividir a arrecadação do comércio eletrônico entre o Estado de origem da empresa e o do consumidor. O tema interessa particularmente as varejistas. Os Estados estimavam que a tese teria impacto de R\$ 9,8 bilhões, se a cobrança só pudesse ser feita a partir de 2023. Já as empresas estimavam passivo de R\$ 1,32 bilhão em relação ao comércio eletrônico de 2022.

A discussão ainda poderia afetar a União, pois os valores de Difal do ICMS pagos podem ser abatidos do

"Foi um ganho, não para todos, mas para aqueles que têm ação judicial" Ariane Guimarães

Imposto de Renda (IRPJ) e CSLL no caso das empresas no lucro real, que têm faturamento acima de R\$ 78 milhões. Isso foi abordado no voto do ministro Gilmar Mendes. Ele defendeu a modulação para evitar prejuízo nas contas públicas, em um momento que o governo busca meios para zerar o déficit.

Segundo Mendes, a cobrança retroativa "implicaria uma perda de arrecadação para a União da ordem de R\$ 3,77 bilhões em valores de 2022, ou R\$ 4,21 bilhões em valores atualizados para fevereiro de 2025". Por isso, seria necessário preservar o

"interesse social", que "transcende a mera proteção de um grupo de contribuintes e abarca o interesse fiscal do próprio Estado brasileiro".

Prevaleceu o voto do ministro Flávio Dino. O placar final ficou em nove a dois. Dos nove, apenas o relator, Alexandre de Moraes, não votou pela modulação dos efeitos. Já os ministros Edson Fachin e Cármen Lúcia diveigiram no mérito, entendendo que a cobrança do Difal de ICMS só poderia ocorrer a partir de 2023.

O debate gira em torno da aplicação da anterioridade nonagesimal (de 90 dias) ou anual, após a entrada em vigor da Lei Complementar (LC) nº 190/2022, que regulamenta o Difal. O STF julgou o tema em 2023, por meio de ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs). Decidiu que deveria ser aplicada a regra dos 90 dias, autorizando a cobrança desde abril de 2022 - entendimento agora mantido.

A exigência do Difal do ICMS era realizada por meio de normas estaduais, com base na Emenda Constitucional nº 87, de 2015. Mas ela foi declarada inválida pelo STF. Para os ministros, os Estados ficariam impedidos de cobrar o imposto a partir de 2022 se, até essa data, não fosse editada lei complementar (Tema 1093). Como a LC nº 190/2022 só foi sancionada em janeiro de 2022, surgiu a discussão sobre a cobrança ser feita em 2022 ou apenas em 2023 (ADI 7066).

No julgamento desta semana, os ministros analisaram um recurso em repercussão geral, que vincula todo o Judiciário. É uma ação da empresa ABC da Construção contra o Estado do Ceará para que fosse cobrado o Difal só a partir de 2023.

No voto, Dino manteve a decisão do STF de 2023, mas defendeu que era preciso modulá-la para "evitar surpresa fiscal retrospectiva", pois contribuintes "planejaram seus preços, fluxos de caixa e obrigações acessórias pressupondo que a cobrança somente ocorreria em 2023". "A exigibilidade universal do Difal já em 2022, sem qualquer ressalva aos contribuintes que antecipadamente judicializaram o tema, afronta os postulados da segurança jurídica e da proteção da confiança legítima", afirma.

Segundo o advogado Leonel Bispo, sócio do escritório Bispo, Machado Mussi Advogados, que representa a

ABC da Construção no caso, o Supremo já havia decidido que entre janeiro e abril de 2022 não poderia ser cobrado o Difal de ICMS. "A novidade agora é a modulação dos efeitos. O contribuinte que não pagou o Difal em 2022 não pode ser cobrado", diz. Para Bispo, quem pagou não poderá pedir de volta.

Já a advogada Ariane Guimarães, sócia do Mattos Filho, entende que é preciso aguardar a publicação do acórdão para entender essa questão. "Não está claro ainda. Mas quem pagou e não transferiu para o consumidor final também poderia recuperar o Difal, porque o motivo que serviu para a modulação é que não houve repasse", afirma.

Os números de impacto apresentados pelos Estados, de acordo com ela, são "inverossímeis". "Não houve arrecadação, então os Estados não vão ter que devolver", diz Ariane, citando levantamento feito pelo escritório em que mapeou os orçamentos estaduais em 2022. "Descobrimos que os Estados não tinham previsão de arrecadar, porque a lei complementar não tinha sido sancionada ainda."

Ela entende o resultado do julgamento como vitória, pois "reafirma que a LC 190 sempre sinalizou a postergação do prazo de vigência". "Foi um ganho, não para todos, mas para aqueles que têm ação judicial" Bispo também comemorou o resultado. "Antes dessa decisão de agora, os Estados poderiam cobrar o Difal de contribuintes que não tivessem pago. Agora, quem não pagou os **tributos** em 2022, não pode ser cobrado, se tiver ação judicial".

O parâmetro usado na modulação, adiciona, beneficia os contribuintes "proativos". "A Corte costuma dar um tratamento melhor para o contribuinte que ajuizou a ação em comparação ao contribuinte que ficou só esperando a definição por parte da Corte". Pelo placar, ele acha difícil um recurso mudara decisão.

Em nota ao Valor, a Procuradoria-Geral do Ceará (PGE-CE) diz que, "em alinhamento com a Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará, está analisando o impacto da decisão e avaliando a necessidade de tomar providências recursais".

Site:

<https://infoglobo.pressreahhttps://valor.globo.com/virador#/edition/188374?page=1§ion=1der.com/o-globohttps://valor.globo.com/virador#/edition/188374?page=1§ion=1>

Governo tenta obter receitas negadas pelo Congresso (Editorial)

Depois de ver rejeitada pelo Congresso a apreciação da MP1303, de corte de gastos e aumento de receitas, o governo decidiu incluir várias das medidas nela constantes em legislações espalhadas pelas comissões das duas Casas que possam ser votadas com rapidez. Dificilmente o Planalto obterá o mesmo resultado que esperava com a medida provisória ignorada, um aumento de arrecadação de R\$ 20,9 bilhões no ano que vem, R\$ 10,5 bilhões este ano, mais uma redução de incentivos de outros R\$ 10,5 bilhões. É possível, porém, que consiga obter parte desses recursos, mesmo com a demonstração clara dos congressistas de que não querem mais aumentos de **impostos**, uma disposição reforçada pela disputa eleitoral próxima, para a qual mais recursos no ano seguinte equivalem a maior cacife do governo nas urnas, segundo a oposição.

O presidente Lula e a equipe econômica procurarão seguir a linha de menor resistência, após terem se convencido de que não conseguirão mais taxar em 5%, como era a intenção os títulos isentos, como debêntures e as Letras de Crédito Agrícola (LCAs), uma das componentes importantes do financiamento do agronegócio, que conta com numerosa e aguerrida bancada parlamentar. Desistiu também de implantar uma precipitada e pouco avaliada uniformização da alíquota de Imposto de Renda para aplicações financeiras em 17,5%, no lugar da atual escada de alíquotas decrescentes de acordo com o prazo de aplicação - de 15% a 22,5%, a menor para prazos mais longos.

O presidente, porém, pretende aumentar, nos mesmos termos anteriores, a taxação das bets, de 12% para 18% (receita prevista de R\$ 1,7 bilhão) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das fintechs de 9% para 15% (receita estimada de R\$ 1,58 bilhão em 2026). Não será fácil no primeiro caso. Na apreciação da Medida Provisória 1.303, houve rejeição decidida e a priori dos deputados. No caso das fintechs, a oposição não deve ser tão forte.

As medidas de elevação de receitas encolheram e incluem ainda o aumento da tributação dos juros sobre capital próprio, que remunera os acionistas das empresas. Agora, a Fazenda espera arrecadar com isso R\$ 8,3 bilhões. Parte relevante do pacote virá de um freio na perda de receitas, mais do que propriamente corte de gastos.

Peio menos R\$ 10 bilhões poderão advir, se o Congresso aprovar, das restrições ao uso dos créditos tributários como compensação de **impostos** a pagar. A ideia é vedar essa compensação quando não existir a Dirf, documento que comprova o recolhimento do imposto que se pretende creditar, além de proibir que o crédito possa ser usado em um setor diverso do original. Mais R\$ 15 bilhões deixarão de ser gastos com mudanças no seguro-defeso (pago a pescadores em épocas em que a pesca não deve ser feita), mudanças no sistema online para concessão de auxílio-doença sem exame presencial e a inclusão no piso da educação do programa Pé de Meia, destinado a incentivar a permanência dos alunos até a conclusão do ensino médio.

O governo pediu um adiamento da votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, até que consiga definir como ficarão as despesas em 2026, pois elas têm de ser determinadas, não apenas estimadas. Serão enviados projetos de lei e, ao mesmo tempo, serão buscados atalhos em projetos já adiantados. Em alguns casos, isso reforçará a prática esdrúxula, mas usual, do Congresso de introduzir assuntos que não têm qualquer relação com o objetivo da peça legal. Por exemplo, é intenção do governo adicionar a restrição à compensação tributária em um texto, já pronto para ir ao plenário, que tipifica como crime hediondo o acréscimo de ingredientes que causem risco à vida ou à saúde do consumidor de bebidas e alimentos, que ganhou celeridade depois das mortes provocadas pela adição de metanol em bebidas alcoólicas.

Ao mesmo tempo em que tem de se esforçar para arrumar mais receitas para financiar gastos que crescem em função do próprio aumento da arrecadação, o governo teve de desarmar outra bomba fiscal que igualmente ameaçava a meta de 2026. O Tribunal de Contas da União entendeu que o governo tem a obrigação de perseguir o centro da meta fiscal, e não seu piso inferior, como tem feito, na confecção da peça orçamentária. O governo recorreu e o TCU reexaminará a questão.

O governo terá de obter superávit de 0,25% do **PIB** (R\$ 34,3 bilhões) no ano que vem, com o piso inferior de déficit zero. Paradoxalmente, quanto mais a meta aumenta, passando a prever superávit fiscal, maior é o déficit primário previsto. Admitidas as exceções, o

boletim Focus do Banco Central estima um resultado negativo de 0,5% do **PIB** este ano e de 0,6% do **PIB** no próximo.

O regime fiscal não está estabilizando a dívida bruta, que deve atingir 82,4% do Produto Interno Bruto no último ano da gestão do presidente Lula, 10 pontos percentuais do **PIB** a mais do que a que herdou. Ao mesmo tempo, pelo acúmulo de exceções, ele perdeu a capacidade de medir o real esforço fiscal realizado.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251023>

Previc propõe limite de desconto

A Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc), órgão fiscalizador dos sistemas fechados de aposentadoria, propôs ao Conselho Nacional de **Previdência Complementar** (CNPc) mudança no modelo atual de cálculo de resultados para implantar ou não planos de equacionamento de déficit e decidir destinação de superávit. A proposta recomenda ainda que a soma da contribuição normal e extraordinária seja de até 35% do salário ou do benefício previdenciário.

O projeto cria um prazo de tolerância de até três anos para que o fundo de pensão solucione os problemas e volte a operar na meta, sem necessidade de cobrança extra aos participantes. A ideia é dar tempo para a fundação acomodar variações temporárias no índice de solvência causadas por vários fatores, entre eles a conjuntura econômica.

A proposta estipula intervalos de tolerância de 25%, para mais e para menos, em relação à meta de solvência, que será de 100% num período de transição de até oito anos. O índice de solvência, usado em outros países, mede a capacidade do plano de honrar seus compromissos ao longo do tempo e aparece na proposta como principal indicador para avaliar a necessidade de equacionamento de déficit ou distribuição de superávit.

O diretor-superintendente da Previc, Ricardo Pena, afirma que a mudança dará mais equilíbrio ao sistema ao evitar impacto aos participantes por contribuições extraordinárias eventualmente sem justificativa técnica. "Observa-se, com frequência, a ocorrência de déficits conjunturais e não estruturais - o que poderia tornar a cobrança extra desnecessária", disse.

As discussões duraram 15 meses na autarquia e no âmbito da Comissão Nacional de Atuária (CNA), órgão técnico composto por Previc, SRPC/MPS, Anapar, Abrapp, APEP, IBA e representantes de três universidades federais.

A proposta poderá ser submetida a consulta pública, conforme decisão do CNPC.

Site:

<https://infoglobo.pressreahhttps://valor.globo.com/virador#/edition/188374?page=1§ion=1der.com/o-globohttps://valor.globo.com/virador#/edition/188374?page=1§ion=1>

Brasil reduz subsídios fósseis em 42% e avança na transição energética

Rafaela Gonçalves +

Pela primeira vez em oito anos, os subsídios aos combustíveis fósseis recuaram de forma expressiva no Brasil. Dados do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) mostram que, em 2024, os incentivos ao setor de petróleo, gás natural e carvão mineral caíram 42%, somando R\$ 47 bilhões - o menor volume desde o início da série histórica, iniciada em 2017.

De acordo com o relatório Subsídios às Fontes Fósseis e Renováveis de Energia, a retração foi puxada, principalmente, pela reoneração dos combustíveis, com a volta da cobrança de PIS e Cofins sobre gasolina e diesel, medida que reduziu os subsídios ao consumo de R\$ 39,8 bilhões para R\$ 6,3 bilhões, um corte de 84%. O movimento representou uma economia de cerca de R\$ 33 bilhões aos cofres públicos e, segundo o Inesc, não gerou aumento expressivo no preço ao consumidor.

Em 2024, a gasolina subiu 10,2%, o diesel 3,4% e o etanol 20,4%, este último, pressionado pela menor produção de cana-de-açúcar e pela valorização do açúcar no mercado internacional. Ainda assim, o combustível renovável manteve competitividade. Este é um movimento histórico. Mostra que é possível rever desonerações aos combustíveis fósseis de forma planejada, sem grandes impactos sociais, avalia Cássio Cardoso Carvalho, assessor político do Inesc.

Enquanto os incentivos ao consumo caíram drasticamente, os subsídios à produção tiveram redução tímida, de 2,8% - de R\$ 41,9 bilhões em 2023 para R\$ 40,7 bilhões no ano passado. O Repetro, regime especial de tributação do setor de óleo e gás, continua respondendo por boa parte desse volume: R\$ 13,6 bilhões em 2024.

A **reforma tributária** aprovada neste ano (Lei Complementar nº 214/2025) abre, porém, uma janela para rever esse tipo de benefício. O texto criou o Imposto Seletivo, que incidirá sobre produtos prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, e determinou que todos os regimes especiais de tributação sejam reavaliados a cada cinco anos, considerando eficiência, impacto climático e socioambiental.

Para Carvalho, as mudanças representam um avanço

institucional importante. A queda dos subsídios, somada a esses novos mecanismos de avaliação, indica que o país começa a alinhar sua política fiscal à transição energética. É o tipo de sinal que o Brasil precisa levar à COP30, afirma.

Fontes renováveis

Os subsídios às fontes renováveis tiveram leve alta de 3,2%, totalizando R\$ 18,6 bilhões em 2024. O destaque foi a geração distribuída - modelo em que consumidores produzem sua própria energia, principalmente solar -, que recebeu R\$ 11,5 bilhões em incentivos, ante R\$ 7,1 bilhões no ano anterior.

Embora o crescimento seja visto como positivo, o Inesc alerta que o modelo traz desafios. Como a geração distribuída não é controlada diretamente pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), o aumento da oferta pode causar desequilíbrios técnicos e obrigar o desligamento temporário de usinas contratadas, fenômeno conhecido comocurtailment.

O custo dessas compensações recai, mais uma vez, sobre o consumidor. Os subsídios precisam ser planejados para não distorcer o mercado nem penalizar quem não tem acesso a essas tecnologias, observa o pesquisador.

Mesmo entre os incentivos fósseis, o Inesc defende a manutenção de subsídios de cunho social, como o Auxílio Gás, que atende 23% das famílias brasileiras ainda dependentes da lenha. O benefício, argumenta a entidade, tem impacto direto na redução da pobreza energética e na melhoria da qualidade de vida das populações mais vulneráveis.

Descompasso

Apesar do corte expressivo, os subsídios às fontes fósseis ainda superam em mais do que o dobro os destinados às renováveis. Para cada R\$ 1 investido em energia limpa, R\$ 2,52 seguem sendo canalizados para o petróleo, o gás e o carvão. No total, os incentivos ao setor energético - fósseis e renováveis - somaram R\$ 65,7 bilhões em 2024, contra R\$ 99,8 bilhões em 2023, o que representa redução de 34%.

O Inesc recomenda que o governo avance na transparência e na definição de critérios claros para a

concessão de benefícios fiscais, priorizando medidas alinhadas à transição energética justa e sustentável. Cortar subsídios ineficientes e redirecionar recursos para fontes limpas é o caminho para uma política energética mais coerente com as metas climáticas e sociais do país , conclui Carvalho.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2025/10/7276815-brasil-reduz-subsidios-fosseis-em-42-e-avanca-na-transicao-energetica.html>

INSS suspende 13 instituições financeiras

O Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) suspendeu nos últimos meses 13 instituições financeiras, impedindo-as de realizar novas operações de crédito consignado para aposentados e pensionistas.

A medida foi adotada após a identificação de descumprimento dos requisitos necessários para oferecer o serviço aos segurados do instituto.

As suspensões atingem o Banco Inter S.A., o Paraná Banco S.A., a Cobuccio Sociedade de Crédito Direto S.A., o Banco Master, CDC Sociedade de Crédito Direto S.A., HBI Sociedade de Crédito Direto S.A., Banco Seguro S.A., Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, Casa do Crédito S.A. - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor -, Valor Sociedade de Crédito Direto S.A. (Valor Financiamentos), Banco do Nordeste do Brasil S.A. e Banco Industrial do Brasil S.A.

Segundo o **INSS**, todas as suspensões continuam em vigor. As medidas não afetam os contratos de crédito já existentes, que seguem sendo descontados normalmente em folha de pagamento, pois é preciso respeitar acordos já firmados.

A restrição vale apenas para novas concessões de empréstimos consignados.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informou que está atenta aos desdobramentos das condutas dos bancos na concessão de crédito consignado do **INSS**. Segundo a entidade, esse acompanhamento é fundamental para orientar os associados com diretrizes claras, visando tanto à autorregulação quanto coibir más práticas.

SUSPENSÕES A primeira suspensão ocorreu em 5 de agosto e atingiu oito instituições financeiras.

Segundo o **INSS**, foi a primeira vez que o instituto cancelou Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) dessa natureza. A decisão foi tomada com base em um processo administrativo que constatou o descumprimento dos requisitos necessários para a oferta do serviço de forma adequada e digna aos segurados.

As primeiras instituições a terem as operações dessa modalidade suspensas foram: CDC Sociedade de Crédito Direto S.A.; HBI Sociedade de Crédito Direto

S.A.; Banco Seguro S.A.; Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento; Casa do Crédito S.A. - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor; Valor Sociedade de Crédito Direto S.A. (Valor Financiamentos); Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB; e Banco Industrial do Brasil S.A.

RESPOSTAS Na época, a Via Certa Financiadora disse, em nota, que não oferece mais o crédito consignado desde 2023, e por isso, não atualizou os requisitos necessários para venda do produto, e consequentemente teve o convênio cancelado.

O Banco do Nordeste informou já ter realizado todo o "processo de recadastramento junto ao **INSS** para ativação dos empréstimos consignados para aposentados e pensionistas".

Segundo o banco, após a conclusão dessa ativação, as contratações serão reiniciadas.

A HBI Sociedade de Crédito Direto, por sua vez, disse que "sequer havia iniciado operações na modalidade de crédito consignado vinculada ao **INSS**, encontrando-se apenas na fase de adesão provisória".

Segundo a instituição, o desenquadramento da companhia pelo instituto ocorreu em razão da ausência de três sistemas operacionais obrigatórios: Não me Perturbe, SRCC e MCB.

A HBI esclareceu ainda que "trata-se de uma exigência regulatória e técnica, sem qualquer relação com fraude ou má conduta".

A reportagem entrou em contato com a Casa do Crédito, o Banco Seguro e aguarda suas manifestações.

A reportagem não conseguiu contato com as demais instituições.

MASTER No dia 10 de outubro, foi a vez do Banco Master, que deixou de poder conceder crédito consignado a aposentados e pensionistas **INSS**, após o órgão não renovar o ACT que autorizava a instituição financeira a oferecer a modalidade aos beneficiários da **Previdência Social**.

A medida foi tomada, segundo **INSS**, após registro de um volume expressivo de reclamações de aposentados e pensionistas em relação a dificuldades

para cancelar operações, além de cobranças indevidas e transações não reconhecidas.

Dessa forma, alguns requisitos do crédito consignado estariam sendo descumpridos, como exigência de autorização expressa do segurado para o desconto em folha das parcelas do empréstimo, necessidade de autenticação biométrica do tomador do crédito, armazenagem adequada de documentos e responsabilidade da instituição pela atuação de correspondentes bancários.

A reportagem procurou o Banco Master, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição

Site: <https://oliberaldigital.grupoliberal.com>